



## 7º Congresso Mundial da Internacional da Educação | Otava - 2015

Pág. 2 a 9



## Bruxelas define prioridades para a Educação até 2020

Págs. 11



## Guerras impedem 13 milhões de crianças de frequentar escolas no Médio Oriente - ONU

Págs. 12 e 13

## Especial Congresso da IE



João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE (à esquerda), em momento de votação.

Uma delegação da FNE constituída pelo seu secretário-geral, João Dias da Silva, pela vice-secretária-geral, Lucinda Dâmaso e por Alexandre Dias, responsável pelo departamento internacional da FNE participou, entre os dias 21 e 26 de julho, no 7º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), que se realizou em Otava, no Canadá.

Quase duas mil pessoas rumaram àquela cidade para participar neste congresso que acontece a cada quatro anos. Os diversos representantes das organizações sindicais debateram os grandes temas e problemas ligados à educação e estabeleceram as estratégias da IE no próximo mandato.

No global foram debatidas 45

resoluções e uma proposta de orientação política sobre direitos humanos e sindicais. Para além destas propostas, o Congresso debateu cinco adendas ao documento de política educativa aprovado no Congresso de 2011, realizado na Cidade do Cabo, na África do Sul. Também houve oportunidade de tratar algumas questões de organização interna, que introduziram ajustamentos aos Estatutos, assim como esteve ainda em debate a proposta de Programa e de Orçamento para o quadriénio de 2016 a 2019. Os trabalhos do Congresso incluíram igualmente as eleições do presidente, do secretário-geral e do secretariado executivo.

Susan Hopgood, da Austrália, continua como presidente e Fred van Leewen, da Holanda, manteve o posto de Secretário-

Geral, que ocupa desde a fundação da IE em 1994. Quanto a vice presidências, Roberto Franklin de Leão (Brasil - CNTE) assumiu um dos cinco lugares em eleição, sendo que no caso da Europa a eleição recaiu sobre Marlis Tepe (GEW - Alemanha).

Os primeiros dias do congresso foram ocupados com várias reuniões temáticas, desde a análise de métodos de dinamização e informação, até às questões do ensino superior ou da igualdade de género, realizando-se também uma assembleia geral da Rede "Educação e Solidariedade" (que a MGEN integra).

A sessão de abertura oficial do Congresso teve lugar às 17h do dia 21 de julho e constituiu, à semelhança dos anos anteriores, um momento alto da iniciativa.

## FNE com agenda preenchida à margem do Congresso

Antes da abertura do 7º congresso da Internacional da Educação, a delegação da FNE contactou com delegados de várias organizações, tendo realizado um primeiro contacto com a delegação da UNSA Éducation - França, para discutir questões de cooperação bilateral em vários domínios, quer de organização da IE e do CSEE, quer na difusão da lusofonia e da francofonia.

A delegação da FNE teve igualmente oportunidade de reunir com o presidente da MGEN - a mútua que através da sua delegação em Portugal estabeleceu um protocolo para disponibilização de um seguro de saúde aos trabalhadores da Educação membros dos sindicatos da FNE -, e outros membros da rede "Educação e Solidariedade" que agrupa sindicatos e ONG (Organizações Não Governamentais) da Educação para ações de natureza social.



Este encontro de trabalho iniciou-se com a apreciação genérica da situação social em Portugal e em França, tendo sido evidenciados os efeitos sociais desastrosos das políticas de austeridade que marcaram os últimos anos e que continuam a afetar grandemente os trabalhadores portugueses e franceses.

Seguidamente, foi feita a análise da forma como se está a desenvolver a campanha de Saúde que a FNE está a desenvolver com o apoio da MGEN e que terá a sua conclusão num seminário internacional que vai decorrer no Porto no dia 4 de dezembro deste ano e no qual o presidente da MGEN estará presente.

Foram também apreciadas formas de cooperação e parcerias futuras, no âmbito da prevenção da saúde em contexto laboral, e que se traduzirão em ações que serão desenvolvidas logo a partir do início de 2016.

Finalmente, foi feito o balanço das formas de intervenção conjunta com vista à divulgação da parceria estabelecida entre a MGEN e a FNE, tendo em linha de conta os objetivos pretendidos por ambas as organizações.

Os contactos da FNE à margem do congresso correram a bom ritmo, com a delegação da FNE a desenvolver uma série de contactos com os outros parceiros de fora da Europa. No dia 22 teve lugar uma reunião com a delegação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) de preparação de uma apresentação ao congresso. No encontro, em que participou o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva e o responsável pelo departamento internacional da FNE, Alexandre Dias, foi feito o balanço das atividades da CPLP, o papel desta organização no seio da Internacional da Educação e uma análise das oportunidades de unir esforços, com o objetivo de ganhar espaço dentro desta organização.

## Discursos de abertura deixaram mensagens claras

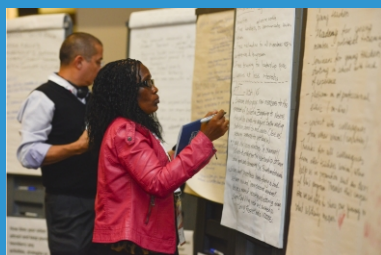
# MOMENTOS DO CONGRESSO



Fred van Leuwen e Susan Hopgood, Secretário-Geral e Presidente da IE



Alexandre Dias (à esquerda), Lucinda Manuela e o SG da FNE João Dias da Silva



A Presidente da Internacional da Educação (IE) interveio na sessão de abertura do 7º congresso desta organização com um discurso notável em que enunciou e evidenciou os temas centrais desta reunião de 400 organizações sindicais da educação oriundas de 171 países.

Susan Hopgood começou por sublinhar os sinais que são evidentes, quer da diversidade e da complexidade de uma organização com a dimensão que a IE hoje tem, para chamar a atenção para o facto de serem poucas as organizações como a IE que conseguem congregar uma tão grande diversidade de pessoas e de instituições. Aproveitou para afirmar que, nestas circunstâncias, se torna essencial manter a vigilância e a força que garantam a defesa e a promoção dos valores que defendemos.

Referiu que na primeira linha se encontra o nosso dever, como educadores e como ativistas sindicais, de realizar todos os esforços possíveis para promover e proteger os interesses da educação. E porque a IE se tem vindo a afirmar como o maior parceiro da área da educação, o resultado tem sido o facto de a sua influência ser reconhecida e ser sentida, o que tem permitido que as suas perspetivas estejam a ser ouvidas.



## UNITE FOR QUALITY EDUCATION

Better education for a better world

É por esta razão que a definição da IE de “educação de qualidade” tem vindo a ser cada vez mais reconhecida e adotada por parte de todas as instituições a nível mundial. Deste modo, a campanha "Unidos por uma Educação de Qualidade" constitui hoje a sua mensagem de marca em termos de valores da Internacional da Educação e a verdade é que esta mensagem e esta visão estão a chamar a atenção dos decisores políticos. A IE defende uma educação pública gratuita e o direito de todas as crianças de terem uma educação de alta qualidade. "Nós não podemos nem ficarmos parados enquanto houver uma criança que tenha comprometidas as suas oportunidades de vida", referiu.

Depois, Susan Hopgood passou a centrar a atenção sobre os docentes e a sua atividade, para afirmar que os educadores no

terreno são os verdadeiros especialistas da educação, sendo essencial promover financiamentos adequados para garantir uma educação pública de qualidade.

Em termos de financiamento da educação, o verdadeiro único déficit é o de falta de vontade política e o de um objetivo claro de se atingir uma educação pública de qualidade para todos, que continua a ter progressos insuficientes, a nível mundial. A crise financeira tem servido para justificar um assalto ideológico aos direitos sindicais e aos serviços públicos. Na realidade, os mais ricos continuaram a acumular riqueza, e para todos nós ficou a obrigação de ultrapassarmos os desastrosos efeitos das políticas de austeridade.

As questões da privatização e da comercialização da educação foram depois tratados pela

Presidente da IE, para afirmar solenemente que o lucro não pode ter lugar naquilo que ensinamos, na forma como as escolas estão organizadas ou nos critérios com que avaliamos.

A terminar, Susan Hopgood virou-se para as questões climáticas, para chamar a atenção para o facto de as alterações climáticas estarem a ser irreversíveis e estarem a mudar o ambiente: “Estamos na altura de ajudar a proteger o ambiente, assegurando-nos de que as gerações futuras, ao olharem para trás, nos vejam com admiração e não com indignação”.

A mensagem final foi mobilizada: "Juntos vamos realizar as mudanças que são necessárias para concretizarmos a realidade que desejamos".

[Clique na imagem abaixo para reproduzir o vídeo do Congresso da IE.](#)



## Os riscos da “privatização” da educação estiveram em debate

O dia 22 abriu com o longo debate a propósito do relatório de atividades apresentado pelo secretário-geral, Fred van Leeuwen.

Passou-se depois ao primeiro grupo de resoluções, o qual integrava uma resolução proposta pelo secretariado executivo sobre "Privatização, comercialização e financiamento" do setor da educação, e uma resolução de ação, através da proposta de uma adenda ao documento político sobre educação, privatização dos serviços de educação. Foram ainda discutidas e aprovadas três outras resoluções

sobre a mesma temática. Na segunda sessão plenária do congresso, foram eleitos o presidente, cinco vice-presidentes e um secretário-geral para o próximo quadriênio.

Susan Hopgood do sindicato australiano da educação (AEU) foi reeleita como presidente da IE. Foram também eleitos cinco vice-presidentes, um por cada Região da IE: Mugwena Maluleke, do Sindicato Democrático de Professores Sul-Africanos, pela Região África; Yasunaga Okamoto, do Sindicato de Professores do Japão (JTU),

pela Região Ásia-Pacífico; Marlis Tepe, de GewerkschaftErziehung und Wissenschaft (GEW), da Alemanha, pela Região Europa; Roberto Franklin de Leão, da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) Brasil, pela Região América Latina e Lily Eskelsen García, da Associação Nacional de Educação (NEA), dos Estados Unidos, pela Região América do Norte e Caraíbas.

Fred van Leeuwen, da Algemene Onderwijsbond (AOB), da Holanda, foi reeleito Secretário-Geral da IE.



O Secretariado Executivo da IE saiu do 7º Congresso de Otava. Da esquerda para a direita: Yasunaga Okamoto, Susan Hopgood, Roberto Leão, Marlis Tepe, Lily García, Fred van Leeuwen e Mugwena Maluleke.

## Diretor-Geral da OIT elogia IE



Guy Ryder, o director-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), elogiou a Internacional de Educação (IE) como "uma das maiores histórias de sucesso do movimento sindical internacional das últimas duas décadas", durante o seu discurso na abertura do 7º Congresso mundial.

Durante a abertura oficial Guy Ryder subiu ao palco e defendeu a necessidade de continuar a parceria entre a OIT e a IE no sentido de defender e efetivar a interação entre a educação e o trabalho, bem como a importância da "aprendizagem ao longo da vida", valores comuns às duas organizações.

[O discurso de Guy Ryder pode ser consultado AQUI.](#)

## Mulheres líderes sindicais desempenham um papel vital na comunidade

As mulheres líderes sindicais estão ativas não apenas nas suas próprias escolas, mas também nas suas comunidades. A presidente da IE, Susan Hopgood, dirigindo-se ao Comité de Mulheres no 7º Congresso Mundial da IE em Ottawa, Canadá, referiu que as mulheres desempenham um papel fundamental na sociedade, acrescentando que ela foi convidada para falar sobre educação e ensino públicos para uma série de grupos nacionais e internacionais, especificamente por causa de seu perfil como ativista e líder sindical. Na sua participação, num painel de discussão intitulado: "Destacando a importância de líderes

mulheres sindicais fora do comércio sindicatos", Susan referiu que a intervenção dos sindicalistas na política pode ser considerada como um aspeto

importante, especialmente se os representantes sindicais trouxerem as aspirações sindicais para a agenda política.



Lily García dirige-se à plateia de mulheres ativistas sindicais de todo o mundo.

## Congresso recusa acordos comerciais internacionais na área da educação

Os acordos internacionais de comércio que priorizam as necessidades do grande capital sobre a sociedade, sobre as pessoas que trabalham e sobre o ambiente foram recusados pelos delegados ao 7º Congresso Mundial da IE, na quarta-feira, 22 de julho. Durante o segundo

plenário do Congresso, os delegados ouviram e debateram os riscos para a educação associada com acordos comerciais, como o Comércio e Investimento de Parceria Transatlântica (TTIP), Acordo de Comércio e de Serviços (TISA), o Acordo Económico e Comercial

Global (CETA) e a Parceria Trans-Pacífico (TPP). A resolução foi proposta pelos sindicatos do Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Alemanha, Grécia, Irlanda, França e Nova Zelândia e foi apoiada por unanimidade por todos os delegados presentes.

## Professores devem estar no centro do Diálogo Social



Os trabalhadores da educação e os seus sindicatos devem envolver-se em negociações políticas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sobre a Educação, de acordo com Alice Albright, CEO da Parceria Global para a Educação (GPE). Em declarações ao plenário do 7º Congresso Mundial da IE, a diretora executiva da GPE, disse que "Temos de promover uma educação de qualidade disponível, abrangente e digna", acrescentando que os objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável acordaram o mundo "para o péssimo estado da educação nos países em desenvolvimento". Este momento tem de ser apreendido, disse Albright, destacando que a diferença entre os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) em torno da educação incluem o acesso à educação em todos os níveis, incluindo a aprendizagem ao longo da vida. No entanto, os objetivos para o desenvolvimento sustentável

(SDG4) não serão alcançados sem professores de qualidade, bem treinados e qualificados, disse Albright. "Precisamos de investir na formação de professores e no seu desenvolvimento profissional ao longo da sua carreira, que os irão capacitar a desenvolver uma educação de qualidade na sala de aula."

Destacou ainda que os professores devem desempenhar um papel central nos mais altos níveis. "Vocês ainda são a chave para a reforma e o progresso da educação e os sindicatos são a voz da profissão. Em muitos países, o governo é o maior empregador na educação, mas são os professores que ensinam, e por isso devem estar envolvidos no diálogo político", rematou.



## CPLP-SE no Congresso da IE



A CPLP-SE (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa - Sindical de Educação) marcou a sua presença no Congresso da IE ,com excepção dos colegas de Timor.

A CPLP-SE esteve representada pelo seu Coordenador-adjunto que teve oportunidade de reunir com alguns dos Secretários-Gerais e Presidentes de algumas organizações sindicais presentes. Houve ainda um momento relevante de intervenção no Plenário do Congresso, assumido pelo Secretário-Geral da FECAP de Cabo Verde, Abraão Borges, que leu o seguinte texto sobre a CPLP-SE e o seu papel no movimento sindical internacional, enfatizando a necessidade do seu reconhecimento pela IE:

A CPLP-SE é uma organização sindical que engloba sindicatos da área educativa de todos os países de língua oficial portuguesa, a saber: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe, Brasil, Timor-Leste, Portugal e ainda a Galiza, que não tendo o português como língua

oficial é, contudo, membro de pleno direito. São pois 14 organizações sindicais de 9 países diferentes.

Fundada em 2001, esta organização realiza congressos periódicos, de 3 em 3 anos, a que damos o nome de Conferências, tem estatutos próprios e a sua sede na capital portuguesa, Lisboa. Após anos de relações bilaterais entre praticamente todos estes sindicatos, foi ganhando corpo a ideia de ir mais além, em torno de 3 objetivos centrais:

Estreitar as relações entre as organizações sindicais de professores e trabalhadores em educação dos países lusófonos, procurando dinamizar a cooperação nos domínios social, económico, cultural, jurídico e pedagógico, em particular no que respeita à formação de professores.

Defender e promover, através da educação, a língua portuguesa, património comum dos nossos povos.

Defender e promover a existência de uma Escola Pública laica, gratuita, democrática e de qualidade, fator essencial para que todos tenham acesso à educação, independentemente das condições sociais, credos religiosos ou convicções ideológicas, articulando a sua intervenção face aos processos de reformas educativas que ocorram nos respetivos países.

De então para cá a CPLP-SE foi fazendo o seu caminho, construindo-se como organização, procurando valorizar-se aos olhos de outras instituições, reforçando a sua coesão interna, crescendo em número de sindicatos filiados, mas debatendo-se sempre no que concerne à consecução dos seus planos de atividades, com claras dificuldades de financiamento para a realização de várias iniciativas concretas.

A sua valorização aos olhos de outras instituições passa obviamente pelo seu reconhecimento junto da maior organização mundial deste ramo – a IE, a exemplo do que já acontece com organizações similares de países de outras línguas.



O seu reconhecimento por parte da IE constituiria uma vantagem para ambas as partes, pois também esta passaria a contar para a sua atividade regular com um interlocutor mais amplo do que os seus filiados individualmente considerados, e com motivações e solidariedade já bem sedimentadas entre todos os sindicatos da lusofonia.

## FNE contribui para documento orientador do CSEE sobre as TIC



A taskforce do projeto europeu em reunião no CSEE, em Bruxelas.



A FNE, através de Alexandre Dias, esteve presente, no passado dia 10 deste mês, em Bruxelas, na segunda reunião do grupo de trabalho do projeto do Comité Sindical Europeu da Educação - CSEE sobre a “Política de Educação para o Século 21 e o Uso das Novas Tecnologias”. O documento, que pretende estabelecer as orientações políticas do CSEE sobre este tema, vai ser apresentado numa Conferência a decorrer no próximo ano, na capital belga.

Em 2010, a Comissão Europeia adoptou uma nova Agenda Digital para a Europa, que reafirma e aprimora uma série de desafios para os próximos anos. O objetivo da Agenda é maximizar o potencial social e económico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), através do desenvolvimento de competências de alto nível, incluindo a literacia digital e mediática. Todos os países europeus implementaram estratégias nacionais de promoção da utilização das TIC em diferentes áreas, incluindo uma estratégia específica dedicada à educação, porém permanecem grandes lacunas na aplicação prática destas medidas.

Para entender o potencial das TIC e planear o seu uso na educação, os governos compartilham três objetivos para seus sistemas de ensino: (1) ampliar o acesso a todos os níveis; (2) elevar a qualidade dos resultados e (3) manter os custos baixos, de modo que maximizem o valor do seu investimento de fundos públicos.

A participação dos sindicatos neste processo revela-se crucial, dado que qualquer mudança e inovação tecnológica tem de passar pela integração e participação dos professores. Neste relevante documento europeu, a FNE tem a seu cargo a preparação dos temas relacionados com a Educação Pré-Escolar e a Aprendizagem ao Longo da Vida.



## Bruxelas define prioridades para a Educação até 2020



A Comissão Europeia quer reforçar a cooperação, a nível europeu, nas áreas da educação e da formação até 2020, segundo um relatório divulgado no dia 1 de setembro, em Bruxelas, que identifica seis prioridades incluindo a melhoria das perspetivas de emprego.

O relatório conjunto sobre educação e formação 2020, elaborado conjuntamente pela Comissão e os Estados-membros, defende ainda promoção da inclusão social nas escolas da Europa.

O texto identifica seis prioridades até 2020, passando o ciclo das políticas de educação a ser de cinco em vez de três anos.

“Competências e aptidões relevantes, de qualidade e orientadas para os resultados, com vista à empregabilidade, à inovação e à cidadania ativa”, bem como “educação inclusiva, igualdade, não discriminação e promoção de competências cívicas”, são as prioridades que encabeçam a lista.



Seguem-se “sistemas de educação e formação abertos e inovadores, plenamente ancorados na era digital” e “apoios reforçados aos educadores”.

“Transparência e reconhecimento de competências e qualificações para facilitar a mobilidade da aprendizagem e da mão-de-obra” e “sustentabilidade do investimento, do desempenho e da eficácia dos sistemas de educação e formação” são as duas últimas prioridades fixadas no relatório para a educação e formação.

O documento está ainda em fase de projeto, prevendo Bruxelas que seja adotado pelo Conselho de Ministros da União Europeia até final do ano.

Com estas novas orientações, o executivo comunitário espera, nomeadamente, contribuir para o estabelecimento de sistemas de educação mais inclusivos, que possam contribuir para a qualidade de ensino e que atenuem as diferenças entre os diferentes sistemas nacionais. Atenuar ou eliminar os radicalismos é também um objetivo fulcral deste processo.

## Guerras impedem 13 milhões de crianças de frequentar escolas no Médio Oriente - ONU

Mais de 13 milhões de crianças deixam de poder ir à escola no Médio Oriente devido aos conflitos devastadores em vários países da região, indicou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

"O impacto destruidor dos conflitos é sentido pelas crianças de toda a região", resumiu Peter Salama, diretor da UNICEF para o Médio Oriente e Norte de África, lamentando "uma situação desastrosa" para toda uma geração.

"Não se trata apenas dos danos materiais nas escolas, mas também o desespero sentido por uma geração de estudantes que vê as suas esperanças e o seu futuro estilhaçados", lamentou, na apresentação de um relatório da agência da ONU.

Estas crianças vivem nos países mais afetados da região, como a Síria, o Iraque, Iémen, Líbia, Territórios palestinos e Sudão, ou estão refugiadas no Líbano, Jordânia e Turquia.

Ao todo, são mais de 13 milhões, ou seja, quatro em cada dez crianças nos países mais afetados por conflitos que não vão à escola, quando "há alguns anos a região parecia preparada para alcançar o objetivo da educação para todos", sublinhou a UNICEF.

Mais de 8.850 escolas na Síria, Iraque, Iémen e Líbia já não podem receber alunos por terem sido destruídas ou danificadas, abrigarem deslocados ou terem sido ocupadas por combatentes, de acordo com o relatório.

No Iémen, algumas escolas foram "transformadas em casernas", nomeadamente dos rebeldes xiitas 'huthis', "privando os alunos do segundo semestre do ano escolar", indicou um professor de Sanaa.

Escolas e liceus estão fechados no Iémen desde o início, em março, da campanha aérea lançada pela coligação árabe, liderada pela Arábia Saudita para impedir os 'huthis' de conquistarem o país.

Na Faixa de Gaza, as crianças usam os estabelecimentos escolares como refúgios porque as suas



No Médio Oriente e Norte de África mais de 13 milhões de crianças estão impossibilitadas de ir à escola, devido a conflitos armados que lhes cortam as esperanças no futuro



casas foram destruídas no conflito no verão passado. No Iraque, as escolas servem para acolher três milhões de deslocados internos que a violência obrigou a fugir de casa.

Na Síria, Sudão e Iémen, tal como numa parte da Líbia, os pais deixaram de mandar as crianças à



escola por recearem pela sua segurança, precisou a UNICEF.

Ir à escola "é perigoso" para muitas crianças, sublinhou a organização que contou 214 ataques contra escolas na região no ano passado.

Em Benghazi, segunda maior cidade da Líbia, apenas 65 das 239 escolas existentes continuam abertas.

"Na Síria, o conflito destruiu duas décadas de trabalho para alargar o acesso à educação", lamentou a UNICEF, indicando que mais de 52 mil professores deixaram os cargos.

Nos países vizinhos, mais de 700 mil crianças sírias não frequentam a escola, sobretudo na Turquia e no Líbano, onde as escolas têm alunos a mais e poucos ou nenhuns meios.

Os conflitos reduziram consideravelmente os meios de subsistência das famílias, levando as crianças a deixar a escola para trabalharem em condições difíceis e mal pagas. As raparigas casam, em alguns casos a partir dos 13 anos, para diminuir as despesas da família.

Privados da escola, algumas crianças acabam por integrar, voluntariamente ou não, grupos armados.

A ausência de educação é uma das razões mais frequentemente evocada pelos refugiados sírios que viajam para a Europa e a UNICEF apelou para um reforço do ensino individual e para a necessidade de se fazer da educação uma das prioridades da ajuda humanitária.

Atualmente, menos de 2% do total dos fundos da ajuda humanitária são destinados à educação.



## Estados Unidos Trabalhadores não docentes penalizados com cortes severos



A comunidade educativa dos Estados Unidos alertou recentemente para o impacto negativo dos cortes de que estão a ser alvo todos os trabalhadores de apoio educativo das escolas.

A Associação Nacional de Educação, filiada da Internacional da Educação (IE), deu conta na revista NEAtoday da quantidade de postos de trabalho que estão em perigo, apesar de as escolas e a comunidade educativa americana reconhecerem a sua necessidade.

Por ocasião do sétimo Congresso Mundial, celebrado em Otava (Canadá), a IE aprovou uma resolução onde reafirma o seu compromisso com a promoção e proteção dos direitos e liberdades de todos os trabalhadores da educação e reconhece o papel fundamental do pessoal não docente das escolas no acesso a uma educação de qualidade para todos.

Foi de resto produzido um pequeno filme de animação para destacar a importância destes trabalhadores.



Clique na imagem acima para reproduzir o vídeo

## Sindicatos distinguidos na Suíça



No passado dia 28 de agosto dois dos sindicatos de professores mais representativos na Suíça, o LCH e o SER, ambos filiados na Internacional da Educação (IE), receberam o Prémio 2015 para o bilinguismo e o multilinguismo, durante o Dia da Educação na Suíça, pelo compromisso em prol dos idiomas nacionais nas escolas.

O prémio reconhece o compromisso constante destes sindicatos com um segundo idioma nacional nas escolas, e representa, ao mesmo tempo, uma

motivação adicional para a aprendizagem de um idioma estrangeiro.

Estes dois sindicatos, que se encontram entre as principais associações profissionais de docentes na Suíça, publicaram em outubro de 2014 um documento que traduz uma posição conjunta para garantir a aprendizagem de um segundo idioma no 1º ciclo.



## Macau recebeu iniciativa de promoção do ensino de Português na Ásia



O Instituto Português do Oriente (IPOR) foi palco, este mês, do Encontro de Pontos de Rede de Ensino de Língua Portuguesa na Ásia. Uma ação estratégi-

ca que teve como principais objetivos a partilha de reflexões e experiências de ensino de português como língua estrangeira nos diferentes contextos e, sobretudo, promover a criação de uma rede que coloque em interação agentes de promoção do português nestes países.

Esta iniciativa pretendeu ainda fornecer contributos ao reforço do papel de Macau como plataforma para o ensino do português na região Ásia-Pacífico.

## Sindicatos alemães da Educação preocupados com integração de refugiados



No início deste ano letivo, as organizações sindicais alemãs membros do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) estão sensibilizadas e a tomar consciência para a importância da integração e inclusão de crianças refugiadas em escolas do seu país. Todas as crianças têm direito à educação. Porém, muitos professores, que desejam incluir crianças refugiadas e jovens nas suas escolas são muitas vezes deixados por conta própria neste grande desafio.

Os sindicatos de professores alemães propuseram diferentes medidas para integrar as crianças traumatizadas, em parte com diferentes origens culturais, níveis de educação e línguas maternas no sistema de ensino alemão. Marlis Tepe, líder do Sindicato da Educação e da Ciência (Gewerkschaft für Wissenschaft und Erziehung/GEW) instou as autoridades locais, os estados federais, e o governo alemão a

aumentarem o seu apoio às lideranças das escolas e aos professores. Marlis Tepe frisou que o direito humano à educação deve aplicar-se a todas as crianças, jovens e adultos - sem exceção. Por isso apela a um acesso não discriminatório às instalações educativas desde o início da educação infantil até às universidades. Ao mesmo tempo, o GEW exige a eliminação das desigualdades e barreiras educacionais para que todas as crianças possam viver, aprender e participar na sociedade juntas.

Deste modo, para crianças refugiadas e jovens menores de idade esta organização sindical alemã exige o direito à creche e a frequência escolar desde o primeiro dia. E para os adolescentes mais velhos o direito de frequentar as escolas e as universidades do seu país. A integração destes jovens e adultos refugiados depende muito de uma comunicação rápida e coordenada e de uma

promoção específica em vários níveis. Só desta forma eles podem ligar-se aos sistemas de educação e de emprego alemães e gerenciar a sua integração na sociedade. Neste sentido, Marlis Tepe apela para uma necessidade de base, que é a expansão abrangente de cursos básicos e avançados em alemão como segunda língua.

O CSEE saúda o compromisso dos sindicatos de professores alemães e convida outras organizações suas filiadas a um compromisso solidário para uma sociedade igualitária, em que o património das crianças não afete o seu nível de educação. A FNE já incentivou o governo e a sociedade portuguesa a tomarem iniciativas neste sentido em Portugal. No plano Europeu devemos ser capazes de permitir que cada filho tenha acesso à educação, independentemente do seu estatuto e do património residente. O direito à educação é um direito humano que não pode ser suspenso devido à escassez financeira do orçamento público.



Marlis Tepe,  
líder do GEW.



## 13º Congresso da CES em Paris

O 13º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), em que a UGT está filiada, decorre entre os dias 29 de setembro e 2 de outubro, na histórica Maison de la Mutualité, em Paris, França.

O evento conta com a participação de 500 delegados sindicais nacionais, incluindo Secretários-Gerais e/ou presidentes de cerca de 90 organizações sindicais nacionais de 39 países europeus, 10 federações europeias de sindicatos setoriais e convidados especiais da Europa e outros continentes. A sessão de abertura tem asseguradas as presenças do Presidente francês, Hollande, Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia e Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu. O desemprego, questões relacionadas com o clima, dumping social, o futuro da CES e o Manifesto “Emprego de Qualidade, Direitos dos Trabalhadores e uma Sociedade Justa na Europa” integram os trabalhos do congresso.

CONFEDERATION  
SYNDICAT  
EUROPEAN  
TRADE UNION



## Igualdade de oportunidades nas escolas

O Parlamento Europeu (PE) adotou no dia 9 deste mês o seu relatório sobre a capacitação de raparigas através da educação na União Europeia. O relatório foi elaborado pelo Comité de Direitos e Igualdade de Género da Mulher e visa promover a igualdade de oportunidades na educação, com foco na segregação de género, na discriminação de pessoas LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero) e em pessoas com deficiência. O PE propõe medidas no campo da formação de professores e que os editores devam incluir especialistas em igualdade de género no desenvolvimento de material didático. As autoridades educativas a nível nacional, regional e

local devem também apoiar e ajudar os professores e as instituições de ensino no desafio da igualdade de oportunidades na educação.



# EU Defendo...

a integração, de todas  
as crianças refugiadas,  
nas escolas dos países  
de acolhimento.

